

# **Indústria De Transformação: Localização E Emprego Formal Nos Estados Do Nordeste - 1998/2008<sup>1</sup>**

*Manufacturing Industry: Localization and Formal Employment in the Northeast of  
Brazil – from 1998 to 2008*

*Luís Abel da Silva Filho<sup>2</sup>*

*Silvana Nunes de Queiroz<sup>3</sup>*

*Maria Alice Pestana de Aguiar Remy<sup>4</sup>*

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar a distribuição espacial da indústria de transformação e do emprego, segundo as UFs do Nordeste, entre 1998 e 2008. Metodologicamente a pesquisa é do tipo exploratória e faz uso de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os resultados indicam expressivo aumento no número de indústrias instaladas/abertas no Nordeste, entre 1998 e 2008, acompanhados da geração de empregos. Por sua vez, em 2008, os estabelecimentos industriais e as ocupações estão concentrados na Bahia, Ceará e Pernambuco, com destaque para a Bahia, pois dos quatorze setores que compõem a indústria de transformação, a UF baiana lidera a geração de empregos em nove ramos, e possui o maior número de indústrias instaladas em doze setores dessa atividade econômica.

**Palavras-chave:** Concentração Industrial; Emprego Formal; Nordeste.

**Abstract:** This article aims to analyze the spatial distribution of the transformation and employment industry, according to the Federal Units of the Northeast, from 1998 through 2008. Methodologically the research is of exploratory type and uses data from the Social Information Annual Report (RAIS) from the Ministry of Work and Employment (MTE). The results indicate significant increase in the number of industries installed/open in the Northeast, from 1998 through 2008, followed by the generation of job posts. On the other hand, in 2008, the industrial businesses and the careers are concentrated in Bahia, Ceará and Pernambuco, with focus for Bahia, since from the fourteen sectors which compose the transformation industry, the Federal Unit of Bahia is in the leadership of the generation of job posts in nine sectors, and possesses the greatest number of industries installed in twelve sectors of this economical activity.

**Key-words:** Industrial Concentration; Formal Employment; Northeast.

## **Introdução**

A questão da desigualdade regional faz parte de um processo histórico herdado do período da colonização do Brasil, sendo referenciado em todo o contexto político e social brasileiro, principalmente a partir do século XIX. A discussão sobre o regionalismo brasileiro passou a ganhar espaço nos meios acadêmicos através da produção literária, como também se destacou nos discursos políticos de combate às desigualdades entre as unidades subnacionais.

Nos anos 1950, a discussão ganhou destaque na política nacional como forma de redução dos impactos causados pelo processo de industrialização concentrada no

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

<sup>2</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da UFRN. Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: [abeleconomia@hotmail.com](mailto:abeleconomia@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP e Bolsista Funcap. E-mail: [silvanaqueirozce@yahoo.com.br](mailto:silvanaqueirozce@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Pesquisadora do Cesit/UNICAMP e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP.

Sudeste do país, notadamente no estado de São Paulo, como também pelos terríveis episódios causados pelas secas no Nordeste. A partir do debate sobre o desenvolvimento integrado das regiões brasileiras, surgiam no país políticas de desenvolvimento regional como forma de amenizar os impactos causados pelas secas ou como forma de dinamização e expansão das atividades econômicas em todo o território nacional.

Em 1953 criava-se a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVE), que mais tarde se transformou em SUDAM; em 1956, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira do Sudeste do País (SPVERFSP), mais tarde transformada na SUDESUS; e em 1959 foi fundada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Todas essas instituições tinham como objetivo a implementação de políticas de desenvolvimento regional para as regiões citadas (CANO, 2002).

A nova conjuntura política brasileira, a partir do golpe militar de 1964, acabou por desestruturar as políticas de desenvolvimento regional de cunho progressista, implementadas sob o diagnóstico do atraso relativo, sobretudo do Nordeste, além de outras regiões do país. O regime ditatorial militar impôs sérias consequências aos que defendiam ou aos que haviam exercido influência nas políticas progressistas implementadas anteriores a 1964. A partir de então, uma série de reformas institucionais ocasionou mudanças significativas no processo de desenvolvimento das atividades econômicas brasileiras, que, segundo Cano (2008), até aí estavam concentradas na Amazônia e no Nordeste, políticas de desenvolvimento diferenciadas das do restante do país<sup>5</sup>.

Somente após o segundo quinquênio da década de 1970, após negligenciar o bem estar das regiões mais carentes em seu processo de crescimento durante o “Milagre” econômico brasileiro, o governo federal, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), inicia o processo de desconcentração da indústria do Sudeste, notadamente da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em direção às regiões mais estagnadas economicamente, além do interior paulista (SILVA, 2003).

No entanto, a partir dos anos 1980, assiste-se à decadência do modelo de substituição de importações, causado pelo aumento da dívida externa, seguido da dívida interna, e ocasionado, sobretudo, pelo endividamento do setor público (LOPREATO, 2000). Tal dinâmica resultou na redução de investimentos internos, gerando a crise dos anos 1980 e início dos anos de 1990, afetando o país, inclusive regiões estagnadas economicamente como o Nordeste.

Os efeitos da estagnação econômica na década de 1980 perduraram por boa parte dos anos 1990. Sabóia (2001) afirma em estudo que o emprego industrial caiu, no Brasil, entre 1989 – 1998, com queda diferenciada por região. O Sudeste apresentou alto índice de desemprego; por outro lado, o Centro-Oeste aumenta o índice de emprego formal no período em questão. A análise feita por estados mostra que no Nordeste, o Ceará, no período de 1989 a 1998, destacou-se com crescimento no número de empregos formais superior aos estados da Bahia e de Pernambuco, que apresentaram decréscimo no mesmo período<sup>6</sup>.

Nos anos 1990, com a expansão da ideologia neoliberal e o processo de globalização da economia, o Brasil vivenciou um novo modelo de industrialização pautado em novos pressupostos, nos quais a força exercida pelo Estado se tornou predominante no que concerne à industrialização. Com a constituição de 1988, os

---

<sup>5</sup> Veja Cano (2008).

<sup>6</sup> Para discussão mais aprofundada ver Sabóia (2001).

estados ganharam mais autonomia através da desconcentração fiscal; a partir daí, os recursos auferidos pelo Estado, notadamente o ICMS, passaram a ser o principal instrumento utilizado como política de atração de unidades indústrias<sup>7</sup> (BRITTO e CASSIOLATO, 2001).

No tocante ao processo de ocupação industrial da região Nordeste, a guerra fiscal, notadamente a partir da segunda metade da década de 1980, tem se tornado fator determinante para atrair e manter indústrias, especialmente nos estados da Bahia e do Ceará. Esse último tem o incentivo fiscal como fator determinante na atração de investimentos (DINIZ e BASQUES, 2004). Concomitante a isso, assiste-se a um processo de perda de dinamismo de outras unidades da região ou mesmo o crescimento em menor escala para os demais estados.

O presente estudo descreve a recente dinâmica industrial do Nordeste a partir da análise da distribuição espacial dos quatorze setores da indústria de transformação nas UFs nordestinas, além de acompanhar a alocação dos empregos, nessas atividades, por estado do Nordeste. As informações foram coletadas a partir da RAIS/MTE e tabuladas para os anos de 1998 e 2008.

Para atingir tais objetivos o artigo está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, a segunda seção descreve brevemente a estruturação econômica do Nordeste à luz das políticas de desenvolvimento regional; a terceira parte analisa a dinâmica industrial nordestina, a partir do número de indústrias instaladas e da quantidade de empregados na indústria de transformação nas UFs dessa região, entre 2000 e 2008; por último, são feitas as considerações finais.

## **2. Estruturação econômica do Nordeste à luz das políticas de desenvolvimento regional**

Historicamente reconhecida por elevado número de indigentes e de pobres, a região Nordeste do Brasil configurou-se com essas características durante décadas, sobretudo após a perda de dinamismo econômico da região com a desestruturação da economia açucareira. O processo de atrofiamento da principal atividade econômica nordestina impactou fortemente o desenvolvimento regional. A ausência de políticas públicas de desenvolvimento regional, seguida da falência da atividade açucareira, mergulhou o Nordeste numa onda de atraso relativo em relação às demais regiões, sobretudo o Sudeste. Nos anos 1950, o Nordeste brasileiro destacava-se com os maiores índices populacionais em condições de indigência, em todo o hemisfério Sul (ALMEIDA E ARAÚJO, 2004).

Segundo Barros e Galvão (2002), somente a partir de 1956, com a elaboração do Relatório do Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), começa a se pensar na solução para o subdesenvolvimento nordestino. O GTDN propunha estratégias de desenvolvimento para a região através de políticas de industrialização, via concessão de incentivos fiscais, por parte do governo federal; estímulo à modernização da atividade agrícola e implementação de uma indústria siderúrgica, como atividade dinamizadora do desenvolvimento industrial do Nordeste, visando à redução das disparidades regionais existentes, especialmente, entre o Sudeste.

Embora o relatório apontasse para o potencial econômico existente na região, como também para a necessidade de visualizar o Nordeste não somente como espaço

digno do assistencialismo secular que envolvia o pensamento político brasileiro, mas também como espaço detentor de crescimento econômico, o trabalho apresentado pelo GTDN não foi suficiente para promover o desenvolvimento da região.

Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foram definidas estratégias de desenvolvimento regional compatíveis com a capacidade econômica de cada espaço. Para o Nordeste as diretrizes de desenvolvimento versaram, sobretudo, sobre as políticas de incentivos fiscais e o melhoramento da infra estrutura da região (LAGO, 1990; SOUSA, 1997). Contudo, foi somente com o II PND que novas estratégias de promoção do desenvolvimento da região foram elencadas. As diretrizes do programa tinham como meta construir um elo entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, reconfigurando o espaço nacional mediante a integração regional entre as diferentes regiões e entre as unidades da federação. (ARRAIS, QUEIROZ E ALVES, 2008).

O fracasso de inúmeras metas propostas pelo II PND foi visível, principalmente diante dos efeitos perversos da 2ª crise do petróleo, em 1979, que repercutiu seriamente nas economias mundiais mais avançadas, e com consequências mais graves para os países em desenvolvimento.

Observe-se, entretanto, que no final dos anos de 1960 e início da década de 1970, inicia-se, no Brasil, um tímido processo de desconcentração de atividades produtivas, notadamente da região Sudeste. Esse deslocamento de atividades econômicas ocorreu, principalmente, em busca de matéria-prima abundante e mão-de-obra barata, além da expansão de atividades que buscavam maior proximidade com os mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos. (SILVA FILHO e et al, 2009).

A partir da década de 1980, com a desestruturação do modelo de substituição de importações, somando-se a isso o crescente endividamento externo do país, como também o aumento da dívida interna e o endividamento do setor público, presenciou-se, no Brasil, a redução do investimento interno, concomitante à queda nas taxas de crescimento e/ou estagnação das atividades produtivas, provocando a conhecida crise dos anos 1980, que perdurou até o início da década de 1990, afetando todas as regiões do Brasil, em maior ou menor escala. (LOPREATO, 2000).

Acrescente-se que, a partir dos anos 1990, a dinâmica econômica regional ocorreu de forma diferenciada entre as regiões e até mesmo entre os espaços de uma mesma unidade subnacional. No caso do Nordeste, observou-se o crescimento concentrado em cidades de porte médio e nas grandes metrópoles da região (Salvador, Recife e Fortaleza). De acordo com Menezes e Carvalho (1999), a dinâmica regional não foi capaz de repercutir significativamente em sub-regiões como a Zona da Mata e o Semi-Árido nordestino. O crescimento aí foi restrito, não compensando o atraso relativo dos demais estados do Nordeste.

Araújo (2000) considera as diferenças entre as unidades da federação do Nordeste e ratifica o acima exposto. Contudo, leva em consideração o crescimento econômico da região nos últimos anos, mesmo com a diferenciação do espaço regional e a concentração nos estados que historicamente lideram a industrialização no Nordeste. A capacidade de cada unidade em desenvolver o seu potencial em atividade, acrescenta a autora, mostra-se, uma vez que diferenças climáticas, culturais e econômicas estão presentes em cada um dos nove estados do Nordeste.

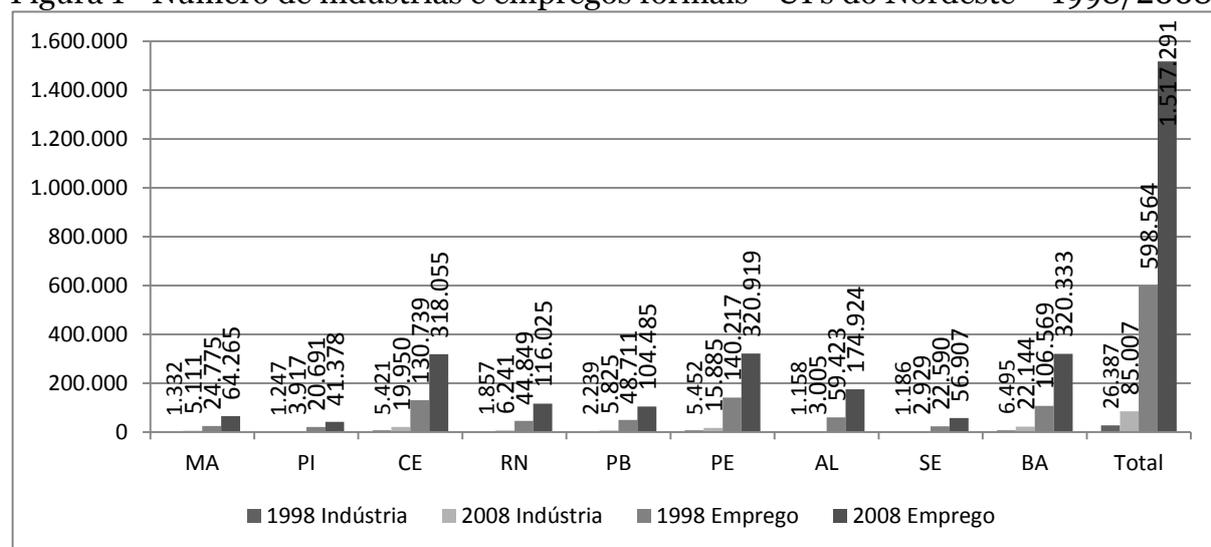
A próxima seção apresenta a evolução recente na dinâmica industrial nordestina. Para tanto, procura comparar o número de estabelecimentos industriais,

a quantidade de empregados formais nessa atividade e a ocupação segundo os setores da indústria de transformação, por UFs do Nordeste, no ano de 1998 e de 2008.

### 3. Dinâmica ocupacional e emprego formal na indústria de transformação nos estados do Nordeste – 1998/2008

A Figura 1 mostra o número de indústrias instaladas nos estados do Nordeste e a quantidade de empregados nessa atividade, nos anos de 1998 e 2008.

Figura 1 - Número de indústrias e empregos formais - UFs do Nordeste – 1998/2008

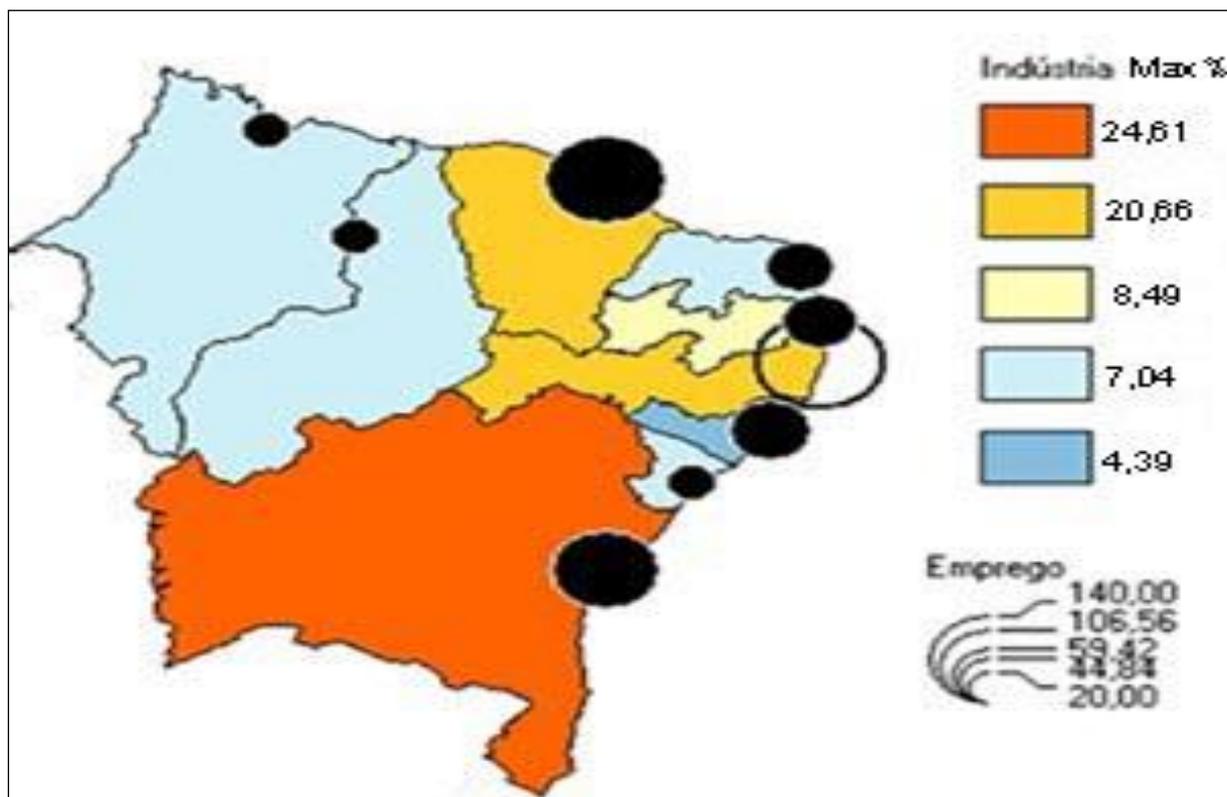


Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

Entre 1998 e 2008, houve crescimento expressivo na quantidade de unidades industriais instaladas no Nordeste, as quais passaram de 26.387 estabelecimentos, em 1998, para 85.007 indústrias, em 2008. O mercado de trabalho também respondeu de forma positiva, ao aumentar de 598.564 trabalhadores, ocupados nessa atividade, em 1998, para 1.517.291 empregados, em 2008 (Figura 1).

A análise estadual aponta que das nove UFs nordestinas três concentram mais de 65% dos estabelecimentos industriais e acima de 60% dos empregos da região no ano de 1998 (Figura 2). A Bahia se destaca em primeiro lugar com 24,61% da atividade industrial do Nordeste, seguida por Pernambuco (20,66%), que, por sua vez, é acompanhado de perto pelo Ceará (20,54%).

Figura 2 - Percentual de indústria e emprego formal, segundo UFs do Nordeste – 1998



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da Figura 1.

No que diz respeito à ocupação, a Bahia que possui o maior parque industrial nordestino, aparece em terceiro lugar na geração de empregos (106.569), sendo Pernambuco o estado que lidera o quadro de ocupações na indústria nordestina (140.217), seguido do Ceará que aparece em segundo lugar com 130.739 dos empregos (Figura 1). Esses resultados sugerem que a indústria pernambucana e cearense são mais intensivas em mão-de-obra do que a baiana, ou que a indústria de transformação baiana concentra-se em ramos intensivo em capital.

Na última posição aparece o estado de Alagoas, com apenas 4,39% das indústrias instaladas no Nordeste e 9,93% dos empregos. Sergipe também tem baixo dinamismo industrial, ao deter somente 4,49% das unidades de produção industrial e 3,77% dos postos de trabalho, sendo o estado com o menor número de ocupados na indústria. O Piauí segue dinâmica semelhante a essas duas UFs em questão, ao configurar-se com baixa participação na quantidade de indústrias em seu território (4,73%) e na geração de empregos (3,46%).

Para o ano de 2008, a dinâmica foi semelhante; na verdade, a concentração industrial e do emprego aumentaram, com os três maiores estados do Nordeste detendo 68,21% da atividade industrial e 63,22% das ocupações (Figura 3).

Figura 3 - Percentual de indústria e emprego formal, segundo UFs do Nordeste – 2008



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da Figura 1.

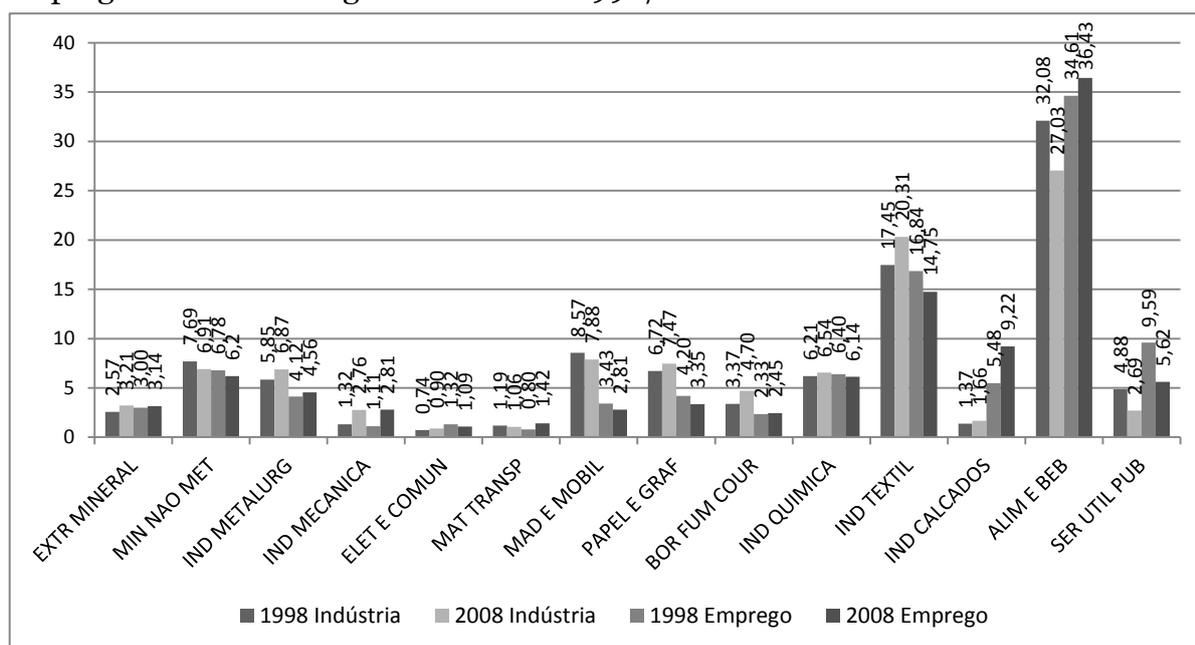
Em 2008, a Bahia não somente continuou ostentando o maior parque industrial do Nordeste (26,05%), como ainda aumentou a geração de empregos (320.333), situando-se em um patamar próximo a Pernambuco (320.919), que se manteve líder na geração de empregos (Figura 2). O Ceará passa a ter o segundo maior número de indústrias da região (23,47%), posto antes ocupado por Pernambuco, porém diminui a sua capacidade de geração de empregos (318.055), ocupando o terceiro lugar.

Este dado sugere que a indústria instalada em Pernambuco é mais intensiva em mão-de-obra do que a cearense, uma vez que, em 2008, o Pernambuco possui 15.885 indústrias e emprega 320.919 trabalhadores e o Ceará que detém 19.950 unidades produtivas gera menos postos de trabalho (318.055).

Em relação aos estados que apresentam baixo dinamismo industrial, Sergipe, entre 1998 e 2008, mantém-se em último lugar na quantidade de indústrias instaladas (3,45%), detendo apenas 3,75% dos empregos, seguido por Alagoas que conta com 3,54% das unidades industriais e 11,53% das vagas. O Piauí aparece em pior situação, embora possua mais estabelecimentos industriais (4,61%) do que Sergipe (3,45%) e Alagoas (3,54%). É o que menos emprega, com apenas 2,73% dos seus trabalhadores ocupados na indústria no ano de 2008. Essas três UFs, entre 1998 e 2008, perderam a capacidade de manter ou atrair estabelecimentos industriais para o seu território, ao passarem de 13,61% das indústrias instaladas, em 1998, para 11,60% em 2008.

Os dados da Figura 4 procuram apontar por ramos da indústria de transformação quais são os estados do Nordeste que mais e menos se destacam, em termos de parque industrial instalado e geração de empregos.

Figura 4 - Indústria de Transformação – Percentual de estabelecimentos e de empregados formais Região Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

No ano de 1998, o parque industrial nordestino contava com 26.387 unidades produtivas (Figura 1), sendo que 32,08% dos seus estabelecimentos estão no setor de alimentos, 17,45% no ramo têxtil e 8,57% na indústria de madeira e mobiliário, perfazendo um total de 58,10% da atividade industrial em apenas três setores. Em 2008, apesar do leve declínio na participação relativa desses três ramos, a indústria permanece concentrada nessas atividades, que demandam menos tecnologia na comparação com outros ramos da indústria de transformação, como a indústria mecânica e material elétrico e de comunicação.

No tocante ao pessoal ocupado, dos 598.564 postos de trabalho na indústria de transformação nordestina (Figura 1), em 1998, a maioria dos empregados encontra-se na indústria de alimentos (34,61%), têxtil (16,84%) e serviço de utilidade pública (9,59%), com participação de 61,04%. Para surpresa, o ramo de madeira e imobiliário, que, em 1998, detém o terceiro maior parque industrial do Nordeste (8,57%), emprega apenas 3,43% da mão-de-obra nessa atividade, apesar de ser um ramo pouco intensivo em capital.

Em 2008 a ocupação mantém-se nos setores intensivos em mão-de-obra, com 36,43% do pessoal ocupado na indústria de alimentos e bebidas, 14,75% na indústria têxtil, e 9,22% no setor de calçados, que passou a ser o terceiro maior empregador da região. Apesar de participar com apenas 1,66% das indústrias instaladas no Nordeste, o setor de calçados tem grande capacidade de geração de empregos, destacando-se como o ramo da indústria que mais cresceu no período em questão. Esse resultado é reflexo da forte política de isenção fiscal praticada pelos estados do Ceará e da Bahia, que foram capazes de atrair expressivo número de indústrias calçadistas para os seus territórios (Figura 16).

No extremo, o Nordeste apresenta baixo dinamismo industrial em setores intensivos em capital, com apenas 0,74% de suas indústrias no ramo elétrico, 1,19% em material de transporte e 1,32% na indústria mecânica, somando 3,25% em 1998, aumentando levemente para 4,72%, em 2008, puxado pelo crescimento da indústria

mecânica na Bahia (Figura 8), com a ida de uma montadora no ano de 2001 para esta UF. O pessoal ocupado nesses três ramos representa apenas 3,23%, em 1998, e 4,72%, em 2008.

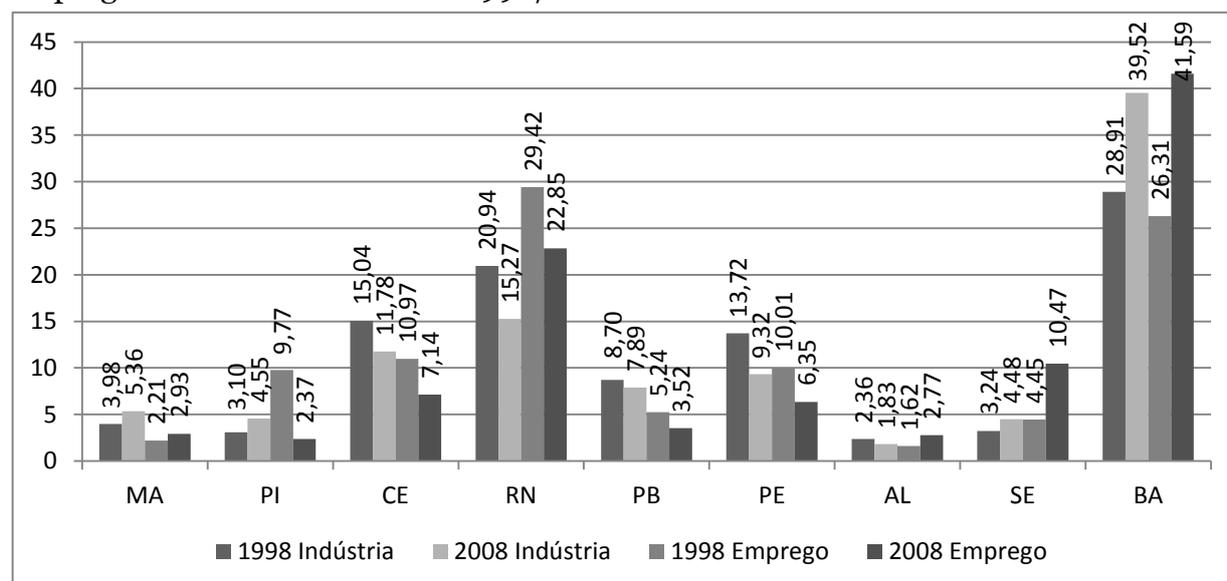
Segundo Pacheco (1998), nos anos 1990 a desconcentração industrial não ocorreu de forma generalizada; na verdade, houve o aumento da heterogeneidade das regiões brasileiras e o surgimento de “ilhas de produtividades” em cada região. Nesse sentido, no Nordeste, a Bahia, Pernambuco e o Ceará seriam essas “ilhas” com potencial produtivo em atividades industriais com menor intensidade tecnológica. De acordo com Galvão e Vasconcelos (1999), os setores mais modernos tecnologicamente e mais integrados têm a tendência de se concentrar no macro espaço mais desenvolvido.

Procurando averiguar a participação de cada um dos setores da indústria de transformação nas UFs do Nordeste, as próximas figuras trazem detalhadamente a dinâmica industrial nordestina entre 1998 e 2008.

O primeiro ramo analisado é o da indústria mineral (Figura 5), que conta apenas com 678 (2,57%) estabelecimentos industriais no Nordeste, de um total de 26.387 unidades em 1998. Os estados da Bahia (28,91%) e do Rio Grande do Norte (20,94%) concentram sozinhos quase 50% das indústrias desse setor e 55,73% das ocupações, em 1998.

Entre 1998 e 2008, apesar de o Rio Grande do Norte diminuir a sua participação na quantidade de indústrias extrativas minerais (15,27%), e na geração de empregos (cai de 29,42%, em 1998, para 22,85%, em 2008), a Bahia eleva significativamente a sua participação, detendo, em 2008, sozinha, 39,52% das indústrias nesse ramo e 41,59% das ocupações. Em 2008, os dois estados em questão somam 54,79% das indústrias extrativa mineral e 64,44% das ocupações no Nordeste.

Figura 5 - Indústria Extrativa Mineral – Percentual de estabelecimentos e de empregados UFs do Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

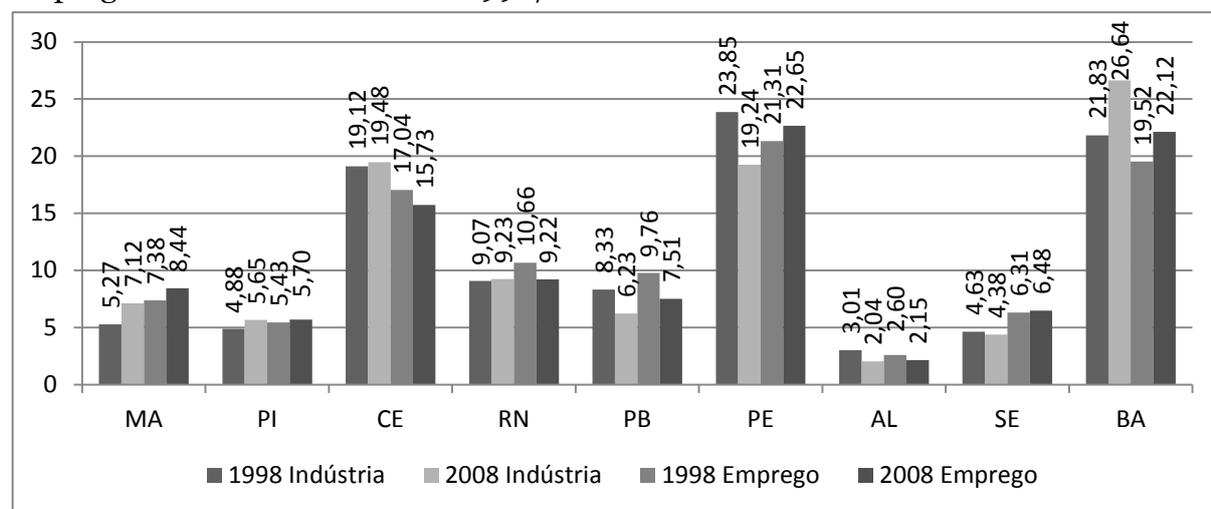
No ramo da indústria de minerais não metálicos os dados da Figura 6 mostram concentração dessa atividade em três estados. Em 1998, Pernambuco lidera a quantidade de unidades produtivas (23,85%) e geração de postos de trabalho

(21,31%), seguido pela Bahia que detém 21,83% das indústrias e 19,52% dos empregos. O Ceará aparece em terceiro lugar na quantidade de indústrias minerais e não metálicos (19,48%) e em ocupações (15,73%).

Em 2008 a concentração de indústrias do setor de minerais não metálicos nas três UFs em análise praticamente mantém-se a mesma, ao passar de 64,8%, em 1998, para 65,36%, em 2008. No caso das ocupações, Bahia, Ceará e Pernambuco são responsáveis por 60,5% dos postos de trabalho nesse ano, contra 57,87%, em 1998.

Acrescente-se, no entanto, que, entre 1998 e 2008, a maior variação na quantidade de indústrias abertas e no número de trabalhadores, no ramo de minerais não metálicos, no Nordeste, ocorreu nos estados do Maranhão, Bahia e Piauí.

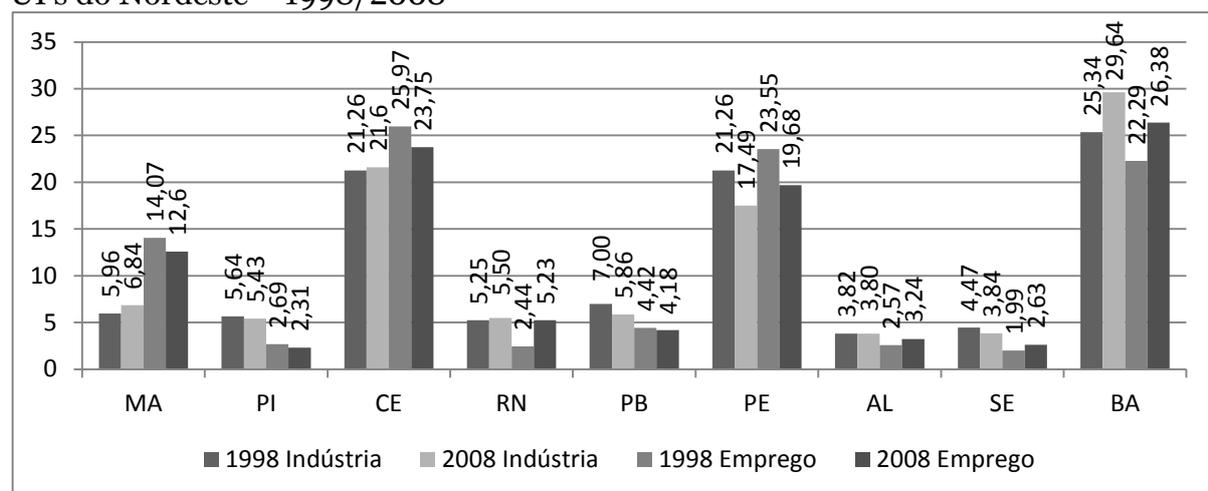
Figura 6 - Indústria de Minerais não Metálicos - Percentual de estabelecimentos e de empregados UFs do Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

No tocante à indústria metalúrgica, setor de pouca tradição no Nordeste, os dados da Figura 7 mostram que, em 1998, aproximadamente 68% de suas unidades produtivas estavam concentradas, mais uma vez, no estado da Bahia (25,54%), Ceará (21,26%) e Pernambuco (21,26%), somando 71,81% dos postos de trabalho (Figura 7).

Figura 7 - Indústria Metalúrgica - Percentual de estabelecimentos e de empregados UFs do Nordeste – 1998/2008

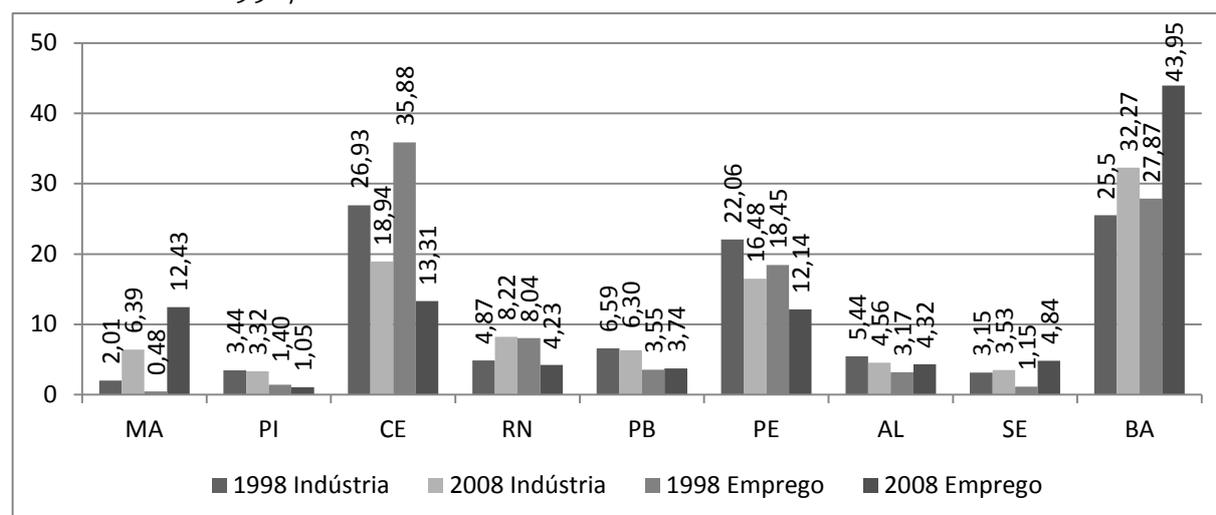


Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

Entre 2000 e 2008, o Ceará mantém inalterada a sua participação na quantidade de indústrias metalúrgicas no Nordeste; por sua vez, Pernambuco (cai de 21,26% para 17,49%, no período em questão) perde espaço para a Bahia, que eleva a sua participação de 25,34% para 29,64%, entre 1998 e 2008. As ocupações seguem a mesma lógica da localização da indústria metalúrgica, com 26,38% das ocupações na Bahia, 23,75% no Ceará e 19,68% em Pernambuco, perfazendo um total de 69,81% empregados, em 2008, contra 71,81% em 1998.

Os dados da Figura 8 mostram que na indústria mecânica a dinâmica não é diferente. O número de estabelecimentos e de empregados mantém-se concentrado na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Estes dois últimos estados frequentemente alternam as suas posições entre o segundo e o terceiro lugar, dado que a Bahia, normalmente, lidera a quantidade de indústrias e de empregos no Nordeste. Uma das possíveis justificativas para essa dinâmica é que a Bahia possui 27,31% da população nordestina, Pernambuco 16,44% e o Ceará 15,95%. De acordo com as estimativas da população do IBGE, para o ano de 2009, essas três UFs representam 59,70% da população do Nordeste.

Figura 8 - Indústria Mecânica - Percentual de estabelecimentos e de empregados UFs do Nordeste – 1998/2008



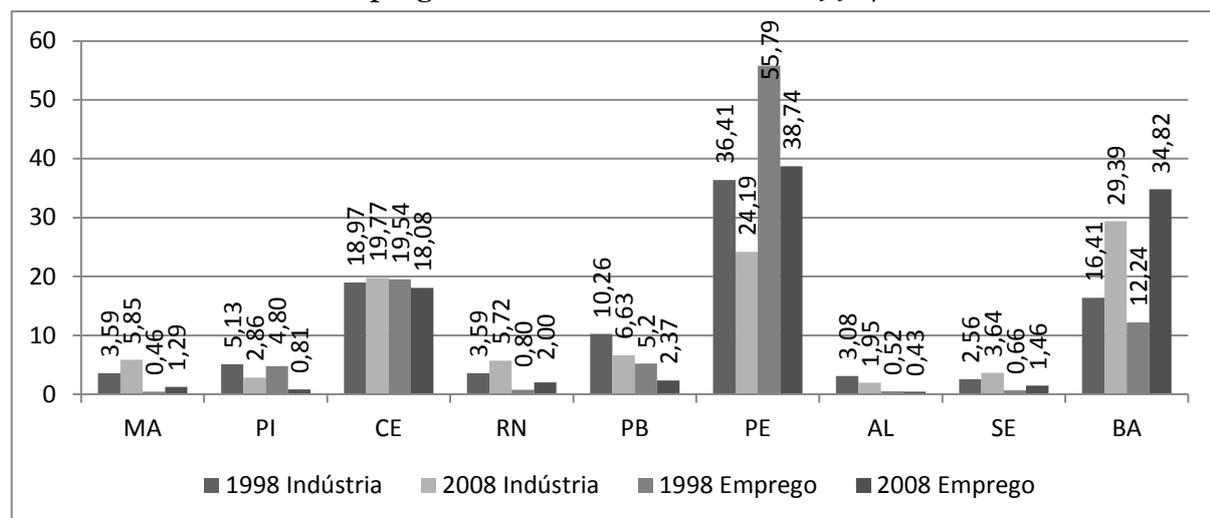
Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE.

Em 1998, o Ceará detinha o maior número de indústria mecânica instalada no Nordeste, respondendo por 26,93% dos estabelecimentos e 35,88% dos empregos, seguido da Bahia com 25,50% nesse ramo de atividade e 27,87% dos postos de trabalho. Pernambuco ocupava a terceira posição tanto em unidades instaladas (22,06%) quanto em ocupação (18,45%).

No ano de 2008, tanto o Ceará quanto Pernambuco diminuem a sua participação relativa na quantidade de indústria mecânica e geração de empregos em seus territórios em confronto com o aumento da participação baiana (Figura 8). A ampliação na indústria mecânica baiana é devido à recente instalação do complexo automotivo no Polo Petroquímico de Camaçari, que sem dúvida também alavanca e diversifica a atividade econômica em outros setores, com a instalação de indústrias ligadas ao setor automotivo, como a indústria metalúrgica (Figura 7) e de material elétrico (Figura 9).

A dinâmica na indústria do material elétrico e de comunicação expressa na Figura 9 mostra que o estado de Pernambuco liderava o setor, em 1998, respondendo por 36,41% das indústrias e 55,79% dos empregos em todo o Nordeste. No entanto, entre 1998 e 2008, o estado da Bahia assume a liderança ao possuir 29,39% das indústrias e 34,82% das ocupações no referido setor. Pernambuco perde participação percentual tanto em ocupação (24,19%) quanto em geração de empregos (38,74%), embora continue empregando mais do que a Bahia em 2008. Já o Ceará aumenta levemente o percentual de indústrias de material elétrico e de comunicação (19,77%) e reduz timidamente a geração de empregos (18,08%).

Figura 9 - Indústria do Material Elétrico e de Comunicação – Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste – 1998/2008



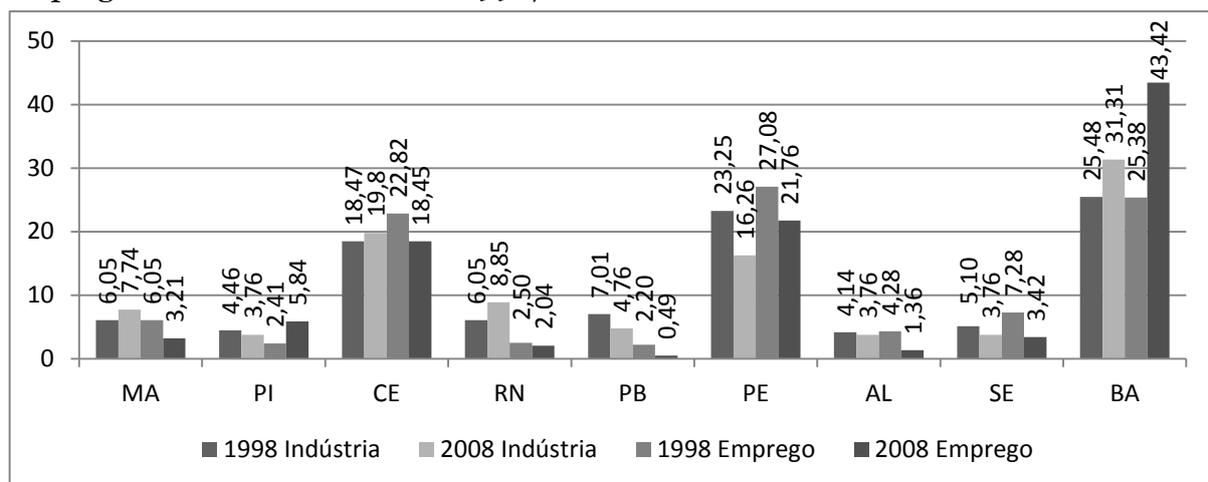
Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

O que se percebe é que independentemente do ramo da indústria de transformação, os demais estados do Nordeste contam com baixa participação na quantidade de indústrias instaladas em seus territórios e no número de pessoal ocupado, que estão concentrados apenas na Bahia, no Ceará e em Pernambuco.

Na indústria do material do transporte, os dados da Figura 10 mostram novamente a concentração das atividades nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Entre 1998 e 2008, a Bahia (passa de 25,48% para 31,31%) e o Ceará (de 18,47% para 19,80%) aumentam a sua participação relativa na quantidade de indústrias do ramo de material de transporte, enquanto Pernambuco reduz de 23,25% para 16,26%, no período em questão. Ao longo de 10 anos, essas três UFs mantêm concentrado o parque industrial do material de transporte, ao deterem 67,37%, em 2008, e 67,2%, em 1998.

No tocante à ocupação no ramo do material de transporte, somente a Bahia elevou significativamente a sua participação na geração de empregos de 31,31% para 43,42%, entre 1998 e 2008. No entanto, o Ceará apresenta leve declínio ao passar de 19,80%, em 1998, para 18,45%, em 2008, acompanhado por Pernambuco que reduz de 27,08% para 21,76%, a geração de empregos, nos anos em análise. Cabe destacar que as maiores variações positivas na ocupação foram registradas para o Piauí (994,78%) e a Bahia (674,61%).

Figura 10 - Indústria do Material de Transporte - Percentual de estabelecimentos e de empregados UF's do Nordeste – 1998/2008

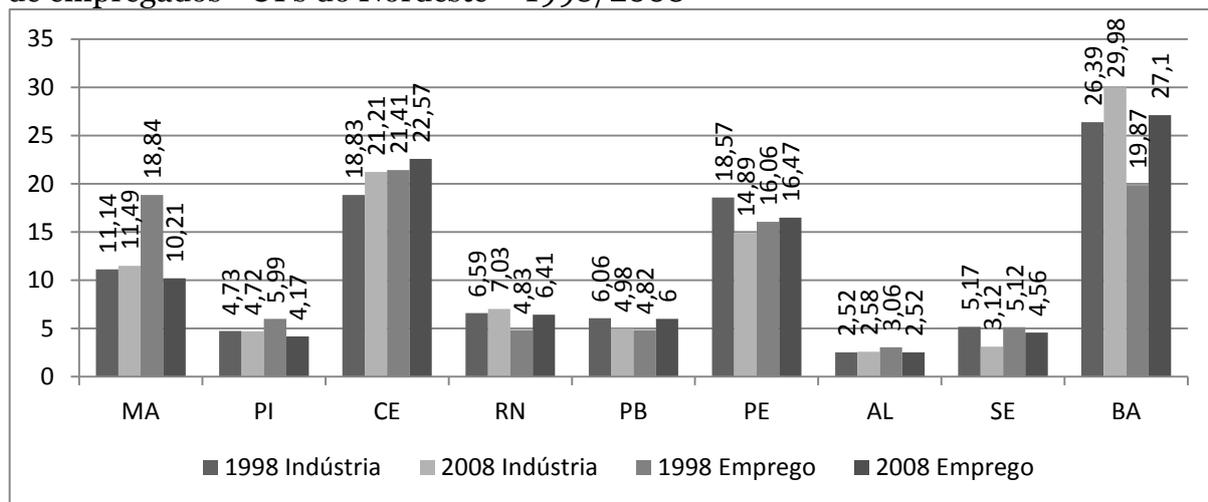


Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

Com relação à indústria da madeira e do mobiliário (Figura 11), mais uma vez a Bahia, o Ceará e Pernambuco, tanto em 1998 (63,79%) quanto em 2008 (66,08%), concentram o parque industrial dessa atividade no Nordeste, empregando 57,34% dos trabalhadores, em 1998, aumentando para 66,14%, em 2008. Destaque-se que o Maranhão aparece em quarto lugar, em 1998, ao possuir 11,14% desses estabelecimentos industriais, e 11,49%, em 2008.

No ano de 2008, as atividades permaneceram concentradas nos três estados, que detêm 66,08% da indústria da madeira e do mobiliário e 66,14% da mão-de-obra empregada. Na verdade, a Bahia destaca-se, novamente, ao manter-se líder na quantidade de estabelecimentos industriais e de ocupações, aumentando o “gap” em relação às demais UF's da região.

Figura 11 - Indústria da Madeira e do Imobiliário – Percentual de estabelecimentos e de empregados - UF's do Nordeste – 1998/2008

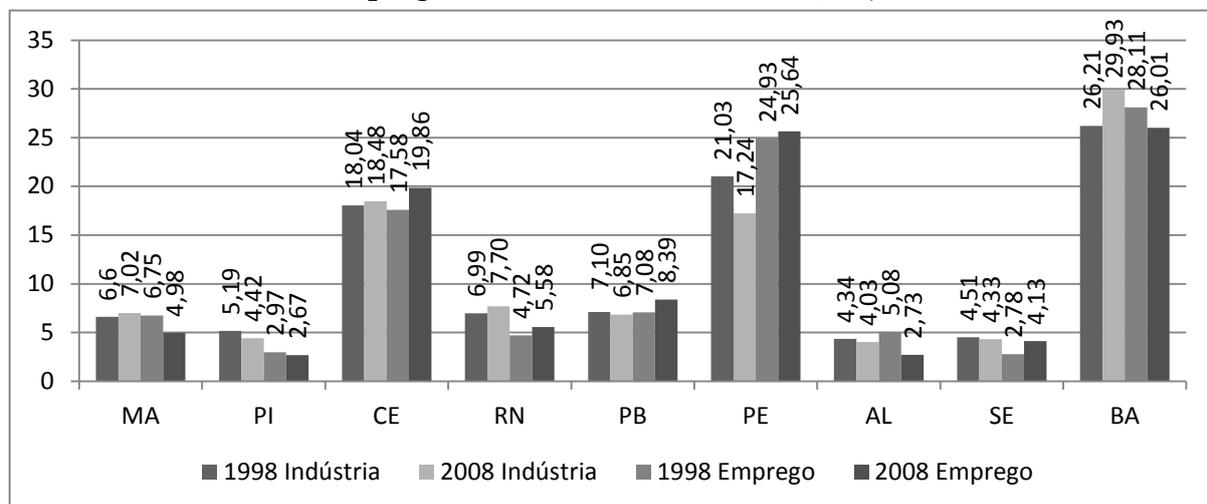


Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

No que concerne à indústria do papel, papelão, editorial e gráfica (Figura 12), as unidades produtivas também estavam concentradas, em 1998 e em 2008,

respectivamente, na Bahia (26,21% e 29,93%), Pernambuco (21,03% e 17,24%) e no Ceará (18,04% e 18,48%), que somam quase três quartos das ocupações nos dois anos em estudo.

Figura 12 - Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica - Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste – 1998/2008

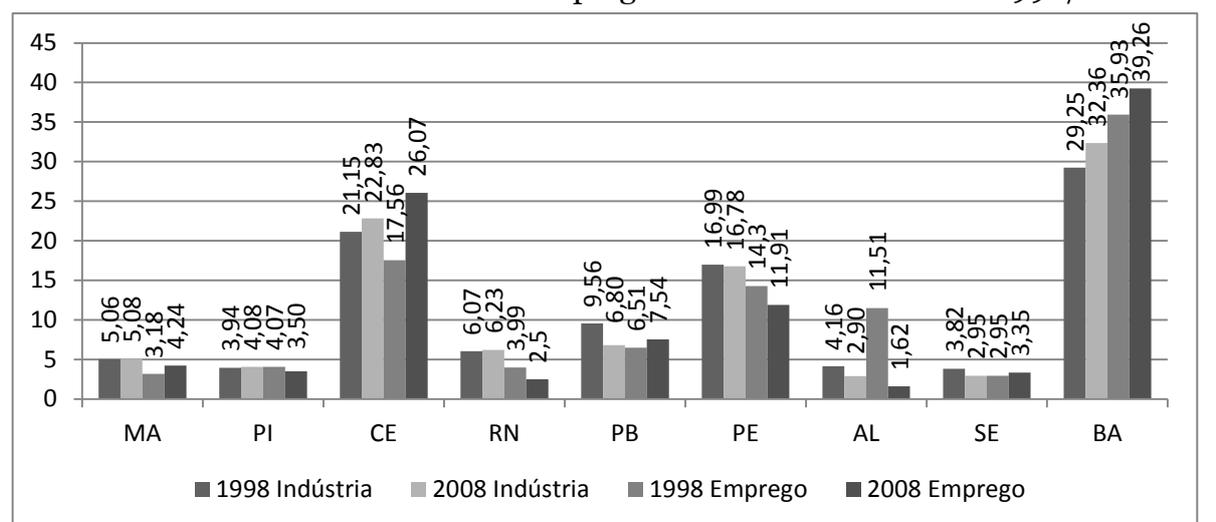


Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

A Figura 13 refere-se à indústria de borracha, fumo, couro, peles, similares e indústrias diversas. Seguindo a tendência constatada para os demais ramos da indústria de transformação, os dados mostram a concentração de atividades (67,39%) e dos empregos (67,79%) em 1998, nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Saliente-se que, embora Alagoas participe apenas com 4,16% das indústrias instaladas em seu território, respondia por 11,51% dos empregos do setor em todo Nordeste, em 1998.

No período entre 1998 a 2008, Pernambuco reduz levemente a sua participação percentual no parque industrial da borracha, fumo, couros e similares, enquanto a Bahia e o Ceará a aumentam. Essas três UFs somam 71,97% dessa atividade e 77,87% dos postos de trabalho, em 2008, elevando a diferença em relação aos demais estados do Nordeste. Acrescente-se que em Alagoas, a redução na geração de empregos nesse setor foi significativa, ao responder, em 2008, por apenas 1,62% dos empregos, com variação negativa de -62,37%, sendo o único estado do Nordeste com retração.

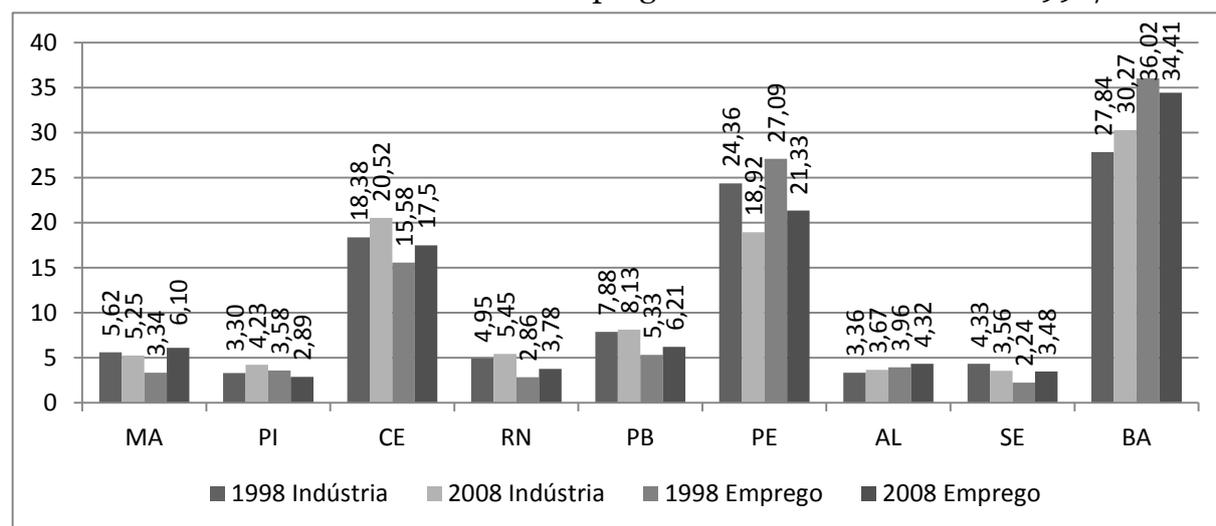
Figura 13 - Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares e Ind. Diversas – Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste - 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

As informações na Figura 14 referem-se à indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria. Nessa atividade, em 1998, a Bahia, Pernambuco e o Ceará concentram o parque industrial (70,58%) e a geração de empregos (78,69%). Em 2008, a concentração permanece nessas três UFs, as únicas mudanças comumente observadas ocorreram entre as posições do Ceará e de Pernambuco, que em um ano se encontram em segundo lugar e em outro em terceiro, isto porque a Bahia normalmente é líder na quantidade de empregos e indústrias instaladas no Nordeste.

Figura 14 - Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários e Perfumaria - Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE.

Na Figura 15 constam os dados referentes à indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos. Tal atividade representa um lócus tradicional de emprego no Nordeste. Em 1998 e em 2008, o setor é responsável pela segunda maior geração de empregos e representa o segundo maior parque industrial da região (Figura 4). Dos

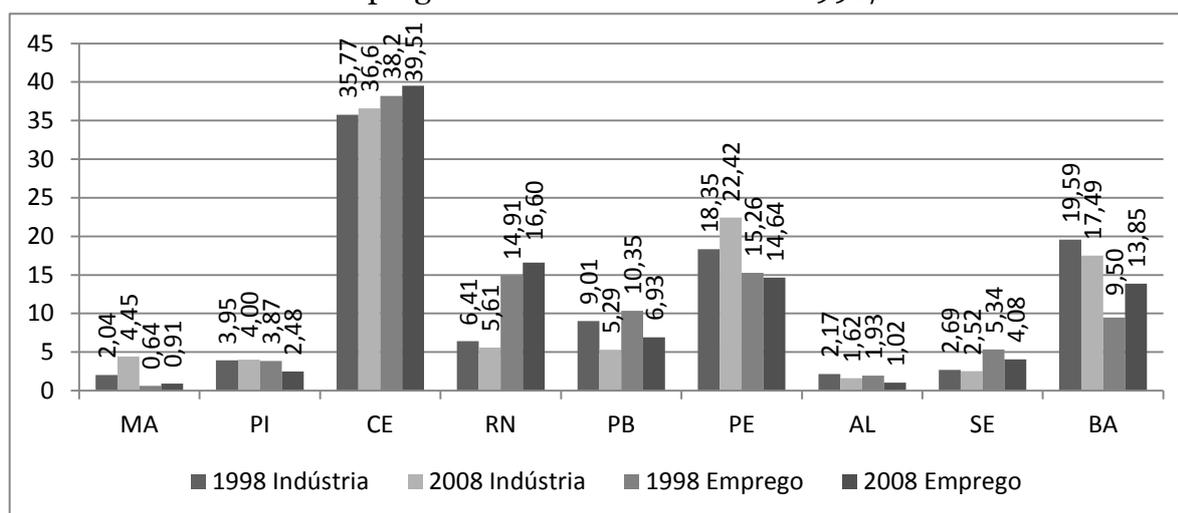
14 setores da indústria de transformação em estudo, o Ceará, “pela primeira vez”, é líder em uma atividade em termos de ocupação e quantidade de indústrias instaladas. De acordo com Silva Filho e Queiroz (2010, p.6):

para manterem-se competitivas, as indústrias do setor têxtil em um primeiro momento investiram em inovação tecnológica, bem como na reespecialização de suas atividades. Destaca-se que o primeiro fator, evidentemente, foi observado em toda a cadeia têxtil nacional. Já a realocização se concentrou em algumas “ilhas do setor têxtil” nos estados do Nordeste, notadamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, unidades que tradicionalmente já desenvolvem essa atividade, impostas por generosos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Governo e por mão-de-obra barata. Tudo isso concorreu para a migração de elevado número de indústrias têxteis do Sul e do Sudeste.

Em 1998 a atividade têxtil do vestuário e artefatos de tecidos tinha 35,77% do seu parque industrial e 36,60% de sua mão-de-obra empregada no Ceará. A Bahia possui 19,59% das indústrias e emprega apenas 9,50% dos seus trabalhadores, enquanto o Rio Grande do Norte com 6,41% dos estabelecimentos é o terceiro maior empregador da região (14,91%), sugerindo que a sua indústria é bem mais intensiva em mão-de-obra do que a baiana.

Em 2008, o Ceará permanece com o maior número de indústrias têxteis (36,60%) e o maior empregador (39,51%) do Nordeste nessa atividade. Por sua vez, Pernambuco passa a deter o segundo maior parque industrial têxtil (18,35%), sendo o terceiro em ocupação (14,64%). Destaca-se que o Rio Grande do Norte, embora em 4º lugar em número de indústrias têxteis (5,61%), é o segundo em geração de empregos, ao responder por 16,60% dos postos de trabalho.

Figura 15 - Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos – Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

Acrescente-se que, entre 1998 e 2008, as maiores variações em termos de unidades têxteis abertas no Nordeste verificaram-se nos estados do Maranhão (718,67%), Pernambuco (358,11%) e Ceará (283,67%). No tocante à variação dos

empregos, o destaque foi para a Bahia (223,76%), o Maranhão (212,33%) e o Rio Grande do Norte (147,22%).

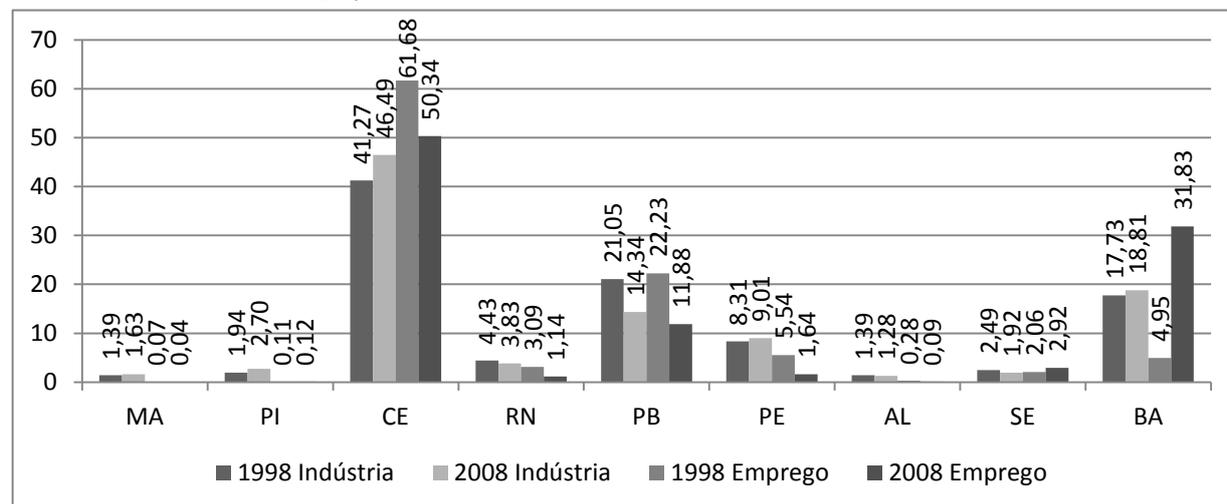
O setor de calçados é outro ramo da indústria de transformação que vem se destacando no Nordeste (Figura 16). Em 1998, era o sexto maior empregador (5,48%) da região, passando para a terceira (9,22%) posição em 2008 (Figura 4). Dentre as UFs do Nordeste, o Ceará, já em 1998, liderava o parque industrial (41,27%) e a geração de postos de trabalho, ao empregar, sozinho, 61,68% da mão-de-obra. O estado da Paraíba vem em segundo lugar com 21,05% das indústrias e 22,23% dos empregos.

De acordo com Queiroz e Costa Júnior (2008, p.10):

[...] o que explica o rápido e significativo crescimento do emprego formal na indústria de calçados do Ceará [...] decorre do processo de realocação de indústrias de calçados do Sul (notadamente da região do Vale do Sinos) e do Sudeste (Franca-SP) do Brasil para o Nordeste, com destaque para o Ceará. Essas indústrias se instalam no Ceará em busca de menores custos de produção, onde encontram mão-de-obra abundante e barata, pouca organização sindical, incentivos fiscais – concedidos pelo governo estadual e créditos especiais obtidos junto a órgãos do governo federal.

No Ceará, as indústrias de calçados são destaques nas cidades do interior, dentre estas - Sobral, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. No caso da Paraíba, a atividade calçadista também localiza-se no interior do estado, nos municípios de Campina Grande e Sousa.

Figura 16 - Indústria de Calçados - Percentual de estabelecimentos e de empregados UFs do Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE.

Em 2008, o Ceará continua líder na geração de empregos, apesar de diminuir a sua participação relativa de 61,68%, em 1998, para 50,34%, em 2008. A Paraíba também diminuiu a sua capacidade de ocupação, ao cair de 22,23%, em 1998, para 11,88%, em 2008. Por sua vez, ao longo do período em estudo, a Bahia avança de 4,95% das ocupações, em 1998, para 31,83%, em 2008, tornando-se o segundo maior empregador do setor têxtil, com variação de 2.638% na criação de empregos, entre

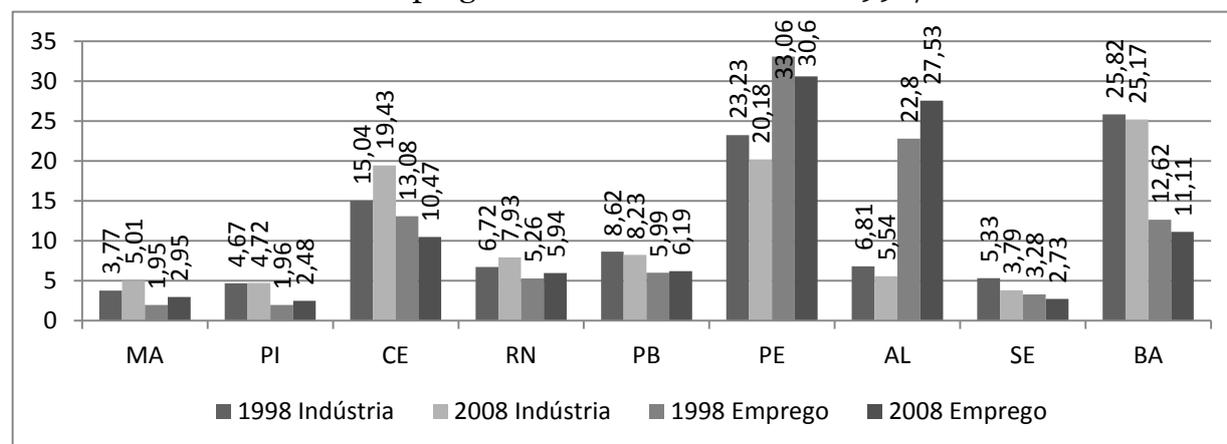
1998 e 2008. Por outro lado, os estados do Maranhão, Piauí e Alagoas, em 2008, não chegavam a 1,0% da geração de empregos no setor.

De acordo com a Figura 4, dos 14 ramos da indústria de transformação, o setor de alimentos, bebidas e álcool etílico é o que mais emprega, no Nordeste, tanto em 1998 (34,61%), quanto em 2008 (36,43%). Conforme Birchall (2010, p.1):

A indústria alimentícia é o berço da industrialização brasileira e de parte expressiva do empresariado nacional de grande porte. Só estes dois fatos seriam suficientes para mostrar a importância desta indústria para a economia brasileira, mas a evolução deste negócio é ilustrativa da experiência capitalista e empresarial no Brasil no século XX.

Por Unidade da Federação nordestina, em 1998, a Bahia volta a destacar-se, ao concentrar 25,82% das indústrias e 12,62% dos empregos no setor de alimentos e bebidas (Figura 17). No entanto, Pernambuco, com um parque industrial menor do que a Bahia (23,23%) é líder na geração de ocupações (33,06%). Mas o destaque vem de Alagoas, que detém somente 6,82% das indústrias e emprega 22,80% dos trabalhadores no ramo de alimentos e bebidas em todo o Nordeste, sugerindo ser altamente intensiva em mão-de-obra.

Figura 17 - Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Alcool Etílico - Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste – 1998/2008



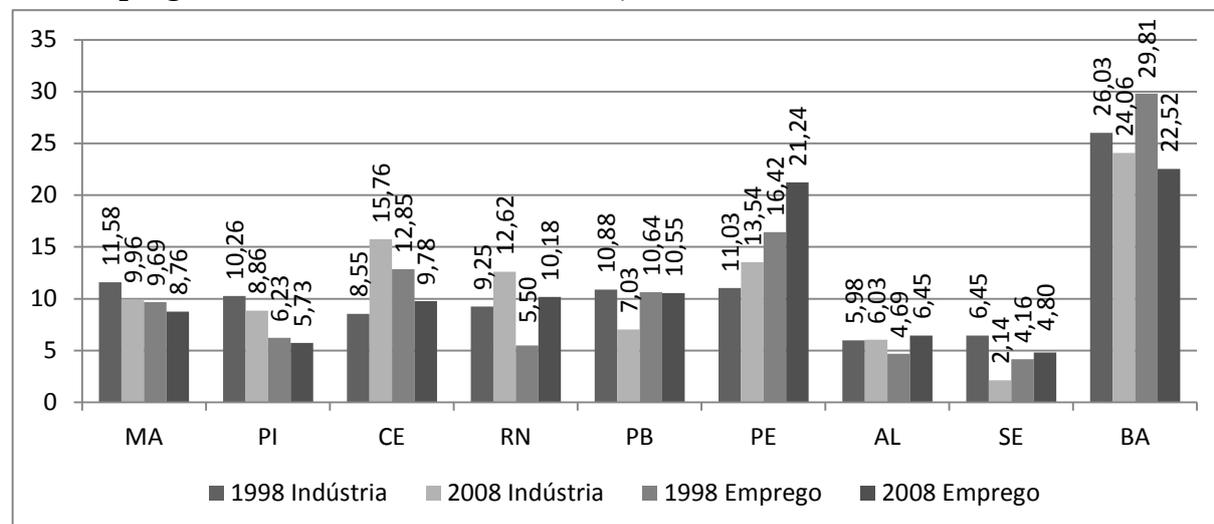
Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE.

Em 2008, a dinâmica do setor não se altera. A Bahia, embora permaneça com o maior percentual de indústrias (25,17%), respondia somente por 11,11% dos empregos no ramo de alimento e bebidas. Pernambuco continua possuindo o segundo maior parque industrial (20,18%) e liderando a geração de empregos (30,60%). Já Alagoas reduz o percentual de indústrias (5,54%); entretanto passa a empregar mais trabalhadores (27,53%), sobressaindo-se como o segundo maior empregador do ramo de alimentos e bebidas do Nordeste.

Os dados da Figura 18 apresentam a distribuição especial do número de indústrias e empregos no setor de serviços industriais de utilidade pública por estados do Nordeste. Nesse setor, observam-se menores níveis de discrepância, com exceção da Bahia, que respondia por 26,03% das indústrias e 29,81% da geração de empregos no ano de 1998. No mesmo ano, os estados do Maranhão (11,58%),

Pernambuco (11,58%) e Paraíba (10,88%) apresentam valores próximos com relação ao número de indústrias, como também de geração de empregos.

Figura 18 - Serviços Industriais de Utilidade Pública - Percentual de estabelecimentos e de empregados - UFs do Nordeste – 1998/2008



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da RAIS/MTE

Entretanto, em 2008, a indústria de serviços de utilidade pública volta a ficar concentrada nas três maiores UFs do Nordeste. A Bahia continuou liderando o número de indústrias instaladas com 24,06%; o Ceará desponta em segundo lugar, ao aumentar significativamente o seu parque industrial (de 8,55%, em 1998, para 15,76%, em 2008), seguido por Pernambuco, que aparece em terceiro lugar com 13,54% das indústrias. Com relação às ocupações, a Bahia detém 22,52%, Pernambuco possui 21,24%, a Paraíba 10,55%, o Rio Grande do Norte 10,18% e o Ceará 9,78%, que figura em quinto lugar.

## Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos industriais e a dinâmica da ocupação, nos quatorze setores que compõem a indústria de transformação, segundo as UFs do Nordeste, entre os anos de 1998 e 2008.

Os dados da RAIS/MTE, de um lado, mostram o crescimento significativo no número de indústrias e de empregos em todo o Nordeste, uma vez que, em 1998, a região contava com 26.387 indústrias e 598.564 postos de trabalho, elevando-se, em 2008, para 85.007 estabelecimentos e 1.517.291 ocupações. Por outro lado, o crescimento no número de indústrias instaladas e na geração de empregos, entre 1998 e 2008, tem se concentrado nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, apresentando este redução percentual tanto em seu parque industrial como nos postos de trabalho, notadamente, em comparação com a Bahia e o Ceará.

Nesse contexto, foi possível observar a elevada concentração de atividades produtivas em estados historicamente reconhecidos por sua capacidade econômica em todo o Nordeste. Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, em 2008,

concentravam 68,21% das indústrias e 63,22% dos empregos formais da indústria de transformação.

Dos quatorze ramos da indústria de transformação, a Bahia possuía o maior parque industrial em doze ramos e era o estado que mais empregava em nove atividades, em 2008. O Ceará se destaca no setor têxtil e calçadista, em termos de unidades instaladas e geração de empregos. Pernambuco, apesar de não possuir o maior número de indústrias em sua UF, lidera o quadro de ocupações em três ramos da indústria de transformação - minerais não metálicos, material elétrico e de comunicação, e alimentos e bebidas. Em contrapartida, os estados do Piauí, Alagoas e Sergipe ficam com os menores percentuais em unidades instaladas e ocupação.

Diante dessa realidade, é importante que se coloque em prática uma política de industrialização com equidade entre os estados do Nordeste, capaz de promover o desenvolvimento da região, sem provocar disparidades entre a estrutura produtiva regional. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial a ser posto em prática deve ser feito a partir da dinâmica da integração, não só em caráter regional, mas também, e, sobretudo, em esfera nacional.

## Referências

ALMEIDA, J. E.; ARAÚJO, J. B. **Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE**. Revista Teoria e Evidencia Econômica. Passo Fundo v. 12 n. 23 p. 97-128 novembro 2004

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

ARRAIS, A. K. de M.; QUEIROZ, S. N.; ALVES, C. L. B. **Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004**. Anais do II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores. Fortaleza: LABOR/UFC, 2008.

BARROS, J. R. M.; GALVÃO, A. C. **A política de industrialização do Nordeste em face da Crise Econômica Brasileira**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, V.33.n. Especial, Julho de 2002.

BIRCHAL, S. O. **Empresa e Indústria Alimentícia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp17.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2009.

BRITTO, J.; CASSIOLATTO, J. E. **Mais além da “guerra fiscal”: políticas descentralizadas no caso brasileiro**. Fundação de Economia e Estatística – FEE Núcleo de Documentação/Biblioteca, 2001.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. - São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DINIZ, C. C.; BASQUES, M. F. D. **A Industrialização Nordestina recente e suas perspectivas** – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GALVÃO, A.C.F.; VASCONCELOS, R.R. **Política regional à escala sub-regional**, mimeografado, apud AJARA, C. Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza (2000). Rio de Janeiro, Instituto de Geociências/UFRJ, 1999 (Tese de doutorado).

LAGO, L. A. C.; **A Retomada do Crescimento e a distorções do “Milagre” – A Ordem do Progresso** – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989 – Editora Campus 1990.

LOPREATO, F. L. C. **O endividamento dos governos estaduais nos anos 90**. Texto para discussão nº 94. IE/UNICAMP, Março, 2000.

MENEZES, A. S. B.; CARVALHO, E. B. S. **Dimensões do desenvolvimento: teoria e prática no Nordeste brasileiro**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30 N 2 abril- junho. 1999.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: UNICAMP IE, 1998.

QUEIROZ, S. N.; COSTA JUNIOR, M. P. Diferenças e semelhanças entre os empregados na indústria formal de calçados no Ceará e no Rio Grande do Sul - 1994/2004. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, Caxambu-MG, 2008.

SABOIA, J. A dinâmica da Descentralização Industrial do Brasil. In: **VI Encontro de Economistas da língua Portuguesa**, 2001, Évora. Anais do VI Encontro de Economistas da Língua Portuguesa, 2001, v.1.

SILVA FILHO, L. A; QUEIROZ, S. N. Indústria têxtil: avaliação empírica do emprego formal em Santa Catarina vis-à-vis o Ceará – 1998/2008. In: **IV Encontro de Economia Catarinense**, 2010, Criciúma. Anais do IV Encontro de Economia Catarinense 2010. Criciúma: Unesc, 2010. v. 1.

\_\_\_\_\_.; SILVA, A. O. F; SILVA, W. G; QUEIROZ, S. N; VALE, F. F. R. **Dinâmica do emprego formal em Regiões Metropolitanas do Nordeste**: estudo comparativo entre a Região Metropolitana de Fortaleza - CE e a Região Metropolitana da Salvador – BA em 1997 e 2007. In ANAIS do V Encontro de Economia do Ceará em Debate, Fortaleza – CE, Novembro de 2009.

SILVA, M. V. Política industrial e interesses empresariais: o II PND (1974-1979). In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**, 2003, Caxambu. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003. ABPHE, Caxambu-MG, 2003.

SOUZA, H. R.; **Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, V. 28, N 4, p.499 – 518, out/dez 1997.